

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA PROCESSUAL

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo cem questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no espaço reservado
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa prova!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Problemas Sociais Urbanos

Brasil escola

Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades. A especulação imobiliária favorece o encarecimento dos locais mais próximos dos grandes centros, tornando-os inacessíveis à grande massa populacional. Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes.

Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários. Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência.

A especulação imobiliária também acentua um problema cada vez maior no espaço das grandes, médias e até pequenas cidades: a questão dos lotes vagos. Esse problema acontece por dois principais motivos: 1) falta de poder aquisitivo da população que possui terrenos, mas que não possui condições de construir neles e 2) a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior. Esses lotes vagos geralmente apresentam problemas como o acúmulo de lixo, mato alto, e acabam tornando-se focos de doenças, como a dengue.

PENA, Rodolfo F. Alves. "Problemas socioambientais urbanos"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilecola.uol.com.br/brasil/problemas-ambientais-sociais-decorrentes-urbanizacao.htm>.

Acesso em 14 de abril de 2016.

1

A estruturação do texto 1 é feita do seguinte modo:

- (A) uma introdução definidora dos problemas sociais urbanos e um desenvolvimento com destaque de alguns problemas;
- (B) uma abordagem direta dos problemas com seleção e explicação de um deles, visto como o mais importante;
- (C) uma apresentação de caráter histórico seguida da explicitação de alguns problemas ligados às grandes cidades;
- (D) uma referência imediata a um dos problemas sociais urbanos, sua explicitação, seguida da citação de um segundo problema;
- (E) um destaque de um dos problemas urbanos, seguido de sua explicação histórica, motivo de crítica às atuais autoridades.

2

Pela leitura do primeiro período do texto 1, a segregação urbana tem como principal causa:

- (A) a concentração de renda;
- (B) a falta de planejamento público;
- (C) a ausência de políticas urbanas;
- (D) o crescimento desordenado das cidades;
- (E) a falta de espaço nas grandes cidades.

3

"Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades".

Pode ser inferido desse segmento do texto 1 que:

- (A) não há concentração de renda em todas as cidades;
- (B) os problemas sociais urbanos resumem-se à segregação;
- (C) o planejamento público se destina a impedir o crescimento das cidades;
- (D) as políticas de controle impediriam a concentração de renda;
- (E) os problemas sociais urbanos são vários e passíveis de controle.

4

"Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades".

Os dois elementos ligados pela conjunção E são fatores bastante diferentes; o pensamento abaixo em que os termos ligados por essa conjunção podem ser considerados sinônimos é:

- (A) "A Academia Francesa é como a Universidade: uma e outra eram necessárias num tempo de ignorância e de mau gosto; hoje são ridículas" (Voltaire);
- (B) "A agulha é pequena e delgada; no entanto sustenta uma família toda" (Steinberg);
- (C) "O amor e a amizade excluem-se mutuamente" (La Bruyère);
- (D) "A amizade de alguns homens é mais funesta e danosa do que o seu ódio ou aversão" (Marquês de Maricá);
- (E) "Todo bajulador tem de ser forçosamente um malévolo e um ingrato" (Nestor Vitor).

5

“Dentre os problemas sociais urbanos, merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades”.

Nesse primeiro período do texto 1, o termo que se liga sintaticamente a um termo anterior, de forma diferente dos demais, é:

- (A) concentração de renda;
- (B) espaço das cidades;
- (C) falta de planejamento;
- (D) promoção de políticas;
- (E) crescimento das cidades.

6

“que vise à promoção de políticas de controle”; nesse segmento de texto 1 emprega-se corretamente a regência do verbo *visar*, que muda de sentido conforme seja transitivo direto ou transitivo indireto.

O verbo abaixo em que NÃO ocorre a mesma possibilidade de dupla regência e duplo sentido é:

- (A) aspirar;
- (B) assistir;
- (C) carecer;
- (D) chamar;
- (E) precisar.

7

No texto 1, há quatro ocorrências do acento grave indicativo da crase: “vise à promoção de políticas de controle”(1), “tornando-os inacessíveis à grande massa populacional”(2), “Além disso, à medida que as cidades crescem”(3) e “que às vezes não contam com saneamento básico”(4).

Os casos de crase que correspondem à união de preposição + artigo definido são:

- (A) 1 e 2;
- (B) 1 e 4;
- (C) 2 e 3;
- (D) 3 e 4;
- (E) todos eles.

8

“Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

Segundo o texto 1, os mais pobres residem em locais distantes dos grandes centros porque:

- (A) estão em contato direto com a natureza;
- (B) passam a residir em locais menos caros;
- (C) são obrigados a morar em locais mais humildes;
- (D) desejam livrar-se dos problemas dos grandes centros;
- (E) são levados à pobreza pelo desemprego.

9

“Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras, o que contribui para que a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

Nesse segmento do texto 1, o vocábulo *mais* aparece duas vezes, com a mesma classe gramatical; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo apresenta classe diferente é:

- (A) “Quem está embaixo não pode cair mais fundo” (Samuel Butler);
- (B) “A avareza é mais contrária à economia que a liberdade” (La Rochefoucauld);
- (C) “O avarento é o mais leal e fiel depositário dos bens dos seus herdeiros” (Marquês de Maricá);
- (D) “A coisa mais semelhante a reviver a própria vida é lembrá-la e tornar essa lembrança o mais durável possível” (Franklin);
- (E) “O pecado de mais culpa é o adultério” (Nouailles).

10

Os verbos de estado indicam: estado permanente, estado transitório, mudança de estado, aparência de estado e continuidade de estado. A frase do texto 1 que mostra um verbo de estado com valor de mudança de estado é:

- (A) “áreas que antes eram baratas e de fácil acesso”;
- (B) “tornam-se mais caras”;
- (C) “habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”;
- (D) “Além disso, à medida que as cidades crescem”;
- (E) “a grande maioria da população pobre busque por moradias em regiões ainda mais distantes”.

11

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham”; a frase abaixo em que o vocábulo *onde/aonde* foi mal empregado é:

- (A) “Muitos suicidas se detiveram no limiar da morte ao pensar no café aonde vão todas as noites para sua partida de dominó” (Balzac);
- (B) “Onde há casamento sem amor, vai haver amor sem casamento” (Franklin);
- (C) “Circo é o lugar onde se permite a cavalos, pôneis e elefantes verem homens, mulheres e crianças bancarem idiotas” (Ambrose Bierce);
- (D) “As pessoas onde é difícil achar defeitos devem ser difíceis de achar” (Nouailles);
- (E) “Os *Lusíadas* se tornaram para nós um pesadelo, porque ninguém sabia onde o diabo escondia o sujeito da oração naqueles versos retorcidos” (Fernando Sabino).

12

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”.

A afirmativa inadequada sobre os componentes sublinhados nesse segmento do texto 1 é:

- (A) o termo “Essas pessoas” se refere obrigatoriamente a um termo citado anteriormente;
- (B) a preposição *com* poderia ser adequadamente substituída por *em relação a*, com as adaptações necessárias;
- (C) a locução *uma vez que* tem valor semântico equivalente a *visto que*;
- (D) a forma verbal *sofrem* deveria ser substituída pela forma correta *sofre*;
- (E) as formas *baixos salários* ou *salários baixos* mostram o mesmo sentido.

13

“Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham, uma vez que a esmagadora maioria dos habitantes que sofrem com esse processo são trabalhadores com baixos salários”.

Segundo esse segmento do texto 1, o sofrimento maior desses trabalhadores advém do fato de que:

- (A) devem gastar mais dinheiro com transporte;
- (B) demoram mais tempo para chegar ao trabalho;
- (C) são obrigados a acordar mais cedo;
- (D) passam todo o dia longe das famílias;
- (E) enfrentam constantemente longas filas de ônibus.

14

O segmento abaixo em que NÃO é possível trocar de posição os elementos textuais sublinhados é:

- (A) “Incluem-se a isso as precárias condições de transporte público e a péssima infraestrutura dessas zonas segregadas, que às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência”;
- (B) “às vezes não contam com saneamento básico ou asfalto e apresentam elevados índices de violência”;
- (C) “Essas pessoas sofrem com as grandes distâncias dos locais de residência com os centros comerciais e os locais onde trabalham”;
- (D) “Além disso, à medida que as cidades crescem, áreas que antes eram baratas e de fácil acesso tornam-se mais caras”;
- (E) “merece destaque a questão da segregação urbana, fruto da concentração de renda no espaço das cidades e da falta de planejamento público que vise à promoção de políticas de controle ao crescimento desordenado das cidades”.

15

“a espera pela valorização dos lotes para que esses se tornem mais caros para uma venda posterior”; esse segmento do texto 1 apresenta um problema de construção, que é:

- (A) a ausência de pontuação;
- (B) a ambiguidade;
- (C) a falta de paralelismo;
- (D) a incoerência;
- (E) a incorreção gramatical.

Texto 2 – Violência e favelas

O crescimento dos índices de violência e a dramática transformação do crime manifestados nas grandes metrópoles são alarmantes, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, sendo as favelas as mais afetadas nesse processo.

“A violência está o cúmulo do absurdo. É geral, não é? É geral, não tem, não está distinguindo raça, cor, dinheiro, com dinheiro, sem dinheiro, tá de pessoa para pessoa, não interessa se eu te conheço ou se eu não te conheço. Me irritou na rua eu te dou um tiro. É assim mesmo que está, e é irritante, o ser humano está em um estado de nervos que ele não está mais se controlando, aí junta a falta de dinheiro, junta falta de tudo, e quem tem mais tá querendo mais, e quem tem menos tá querendo alguma coisa e vai descontar em cima de quem tem mais, e tá uma rivalidade, uma violência que não tem mais tamanho, tá uma coisa insuportável.” (moradora da Rocinha)

A recente escalada da violência no país está relacionada ao processo de globalização que se verifica, inclusive, ao nível das redes de criminalidade. A comunicação entre as redes internacionais ligadas ao crime organizado são realizadas para negociar armas e drogas. Por outro lado, verifica-se hoje, com as CPLs (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaladas, ligações entre atores presentes em instituições estatais e redes do narcotráfico.

Nesse contexto, as camadas populares e seus bairros/favelas são crescentemente objeto de estigmatização, percebidos como causa da desordem social o que contribui para aprofundar a segregação nesses espaços. No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação, especialmente por parte das elites que se encastelam nos enclaves fortificados na tentativa de se proteger da violência. (Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, *Scripta Nova*)

16

O primeiro parágrafo do texto 2 alude à “dramática transformação do crime”; essa transformação só NÃO se refere à(às):

- (A) quantificação dos índices de violência;
- (B) internacionalização da criminalidade;
- (C) tipologia das atividades criminosas;
- (D) consequências do processo de globalização;
- (E) modificações nas penalidades legais.

17

A fala da moradora da Rocinha tem a seguinte finalidade:

- (A) demonstrar que as favelas são o centro da violência;
- (B) enumerar as consequências da violência nas favelas;
- (C) confirmar uma afirmação do parágrafo anterior;
- (D) mostrar a insignificância da vida humana;
- (E) provar que a violência é fruto da globalização.

18

“...O crescimento dos índices de violência e a dramática transformação do crime manifestados nas grandes metrópoles são alarmantes, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro”.

O termo “sobretudo” só NÃO pode ser substituído adequadamente por:

- (A) principalmente;
- (B) geralmente;
- (C) especialmente;
- (D) destacadamente;
- (E) particularmente.

19

“A violência está o cúmulo do absurdo. É geral, não é? É geral, não tem, não está distinguindo raça, cor, dinheiro, com dinheiro, sem dinheiro, tá de pessoa para pessoa, não interessa se eu te conheço ou se eu não te conheço. Me irritou na rua eu te dou um tiro”.

A fala da moradora da Rocinha mostra certas características distintas da variedade padrão de linguagem; a única característica que NÃO está comprovada pelo exemplo dado é:

- (A) segmentos desconexos: “não tem”;
- (B) formas reduzidas: “tá de pessoa para pessoa”;
- (C) explicações desnecessárias: “com dinheiro, sem dinheiro”;
- (D) mistura de tratamento: “se eu te conheço ou se eu não te conheço”;
- (E) erros gramaticais: “me irritou na rua”.

20

“...e quem tem mais tá querendo mais, e quem tem menos tá querendo alguma coisa”; nesse segmento do texto 2 o verbo *ter* está empregado em lugar do verbo *possuir*. A frase abaixo em que o verbo *ter* foi substituído de forma adequada é:

- (A) “A abelha atarefada não tem tempo para tristeza” (Blake) / precisa de;
- (B) “Para suportar as aflições dos outros, todo mundo tem coragem de sobra” (B. Franklin) / prova;
- (C) “O amor é um pássaro que tem ovos de ferro” (Guimarães Rosa) / põe;
- (D) “A gente sabe que o amor existe graças aos crimes passionais que a imprensa tem diariamente” (Mário da Silva Brito) / fotografa;
- (E) “Anatomia é uma coisa que os homens também têm, mas que, nas mulheres, fica muito melhor” (Millôr Fernandes) / demonstram.

21

“...tá uma coisa insuportável”; o adjetivo *insuportável* equivale a “que não se pode suportar”. O adjetivo abaixo que tem um significado dado corretamente é:

- (A) indelével / que não se pode apagar;
- (B) intragável / que não se pode trazer;
- (C) imprescindível / que não se pode utilizar;
- (D) inteligível / que não se pode entender;
- (E) imbatível / que não se pode combater.

22

“A comunicação entre as redes internacionais ligadas ao crime organizado são realizadas para negociar armas e drogas”.

A oração reduzida sublinhada teria como forma nominalizada equivalente:

- (A) para que se negociem armas e drogas;
- (B) para a negociação de armas e drogas;
- (C) para que sejam negociadas armas e drogas;
- (D) para que se negociassem armas e drogas;
- (E) para o negócio de armas e drogas ser realizado.

23

“Por outro lado, verifica-se hoje, com as CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) instaladas, ligações entre atores presentes em instituições estatais e redes do narcotráfico”.

Esse segmento do texto 2 alude ao seguinte fato:

- (A) preocupação das autoridades com a ampliação do crime;
- (B) investigação policial sobre o crime organizado;
- (C) corrupção em altos escalões do poder;
- (D) crescimento do crime em nosso país;
- (E) chegada ao Brasil do crime organizado.

24

“Nesse contexto, as camadas populares e seus bairros/favelas são crescentemente objeto de estigmatização, percebidos como causa da desordem social o que contribui para aprofundar a segregação nesses espaços”.

Nesse segmento do texto 2, o componente textual que NÃO se refere ou substitui um elemento anterior do texto é:

- (A) Nesse contexto;
- (B) seus;
- (C) desordem social;
- (D) que;
- (E) nesses espaços.

25

“No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação...”; a função do pronome SE, nesse segmento do texto 2, se repete na seguinte frase:

- (A) “Os abusos, como os dentes, nunca se arrancam sem dores” (Marquês de Maricá);
- (B) “O aborto é perigoso, porque, se fracassa, pode produzir uma criança” (Sofocleto);
- (C) “Meu desejo sincero seria que nossa Academia Brasileira não se esquecesse tanto de que é também de... letras” (Afonso Arinos);
- (D) “Envergonhar-nos-íamos frequentemente de nossas ações mais belas se o mundo visse os motivos que as produzem” (La Rochefoucauld);
- (E) “Ao lermos os grandes autores, temos a impressão de que todos se conheceram uns aos outros” (Elias Canetti).

26

“No outro polo, verifica-se um crescimento da autosegregação, especialmente por parte das elites que se encastelam nos enclaves fortificados na tentativa de se proteger da violência”.

Entenda-se por “autosegregação” uma segregação:

- (A) derivada da lei;
- (B) causada pela falta de policiamento;
- (C) causada pela estigmatização;
- (D) voluntária;
- (E) idêntica à da favela.

27

“É assim mesmo que está, e é irritante, o ser humano está em um estado de nervos que ele não está mais se controlando...”; a frase abaixo em que as duas ocorrências do vocábulo QUE pertencem à mesma classe gramatical é:

- (A) “Alma grande é aquela que percebe que o cachorro está com fome e lhe dá de beber” (La Serna);
 (B) “O arqueiro que ultrapassa o alvo falha tanto como aquele que não o alcança” (Montaigne);
 (C) “Mas a ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que dentro em breve daí pode resultar” (Maquiavel);
 (D) “Não há encosta, por mais íngreme que seja, que duas pessoas juntas não possam galgar” (Ibsen);
 (E) “As pessoas vaidosas dizem o que pensam para os outros pensarem que elas sabem mais” (Nouailles).

28



Sobre a charge acima, pode-se dizer que sua temática básica é:

- (A) a inadequação dos turistas no Rio de Janeiro;
 (B) o excesso de eventos na capital carioca;
 (C) a falta de segurança nas praias do Rio;
 (D) a crítica ao calor excessivo no verão do Rio;
 (E) a crítica à poluição das águas no Rio.

29

Na mesma charge, considerando-se que o humor é fruto da ruptura de uma expectativa, pode-se observar que, nessa imagem, o humor é causado pelo(a):

- (A) contraste entre o calor e a idealização dos cartazes;
 (B) oposição entre as armaduras e o cenário da praia;
 (C) impossibilidade de alguém de armadura tomar água de coco;
 (D) improbabilidade de haver sol em todos os eventos;
 (E) choque entre os eventos passados e o futuro.

30

A frase “Me traz um refri” tem um vocábulo abreviado da mesma forma que o vocábulo sublinhado abaixo:

- (A) O portuga não me pagou o que deve!
 (B) O atraso dos trens me deixou irritado.
 (C) Assisti a um Fla X Flu no domingo.
 (D) A CPI dos Correios deu encrenca!
 (E) A Uerj fará vestibular no próximo sábado.

Raciocínio Lógico Matemático

31

Em uma barraca da feira as abóboras são todas iguais. Sabe-se que uma abóbora pesa 2 kg mais a terça parte de uma abóbora. O peso de uma abóbora e meia é:

- (A) 3,0 kg;
 (B) 3,6 kg;
 (C) 4,5 kg;
 (D) 4,8 kg;
 (E) 5,4 kg.

32

Em um processo que teve origem no exterior há a seguinte informação:

- O avião apreendido voou por 2 horas e 15 minutos a uma velocidade de 140 milhas por hora.

Considerando que 3 milhas equivalem a 5 quilômetros, a distância percorrida por esse avião foi de:

- (A) 460 km;
 (B) 485 km;
 (C) 502 km;
 (D) 525 km;
 (E) 540 km.

33

Lucas e Marcelo trabalham no mesmo escritório e ganham R\$ 4500,00 e R\$ 3600,00, respectivamente. Lucas foi promovido e ganhou aumento de 20% no seu salário. Dias depois, Marcelo foi também promovido, passou a desempenhar trabalho equivalente ao de Lucas e também passou a receber um salário igual ao dele.

A porcentagem de aumento do salário de Marcelo foi de:

- (A) 40%;
 (B) 50%;
 (C) 60%;
 (D) 64%;
 (E) 72%.

34

Sobre as atividades fora de casa no domingo, Carlos segue fielmente as seguintes regras:

- Ando ou corro.
 - Tenho companhia ou não ando.
 - Calço tênis ou não corro.

Domingo passado Carlos saiu de casa de sandálias.

É correto concluir que, nesse dia, Carlos:

- (A) correu e andou;
 (B) não correu e não andou;
 (C) andou e não teve companhia;
 (D) teve companhia e andou;
 (E) não correu e não teve companhia.

35

Observe a seguinte sequência formada por quatro letras do alfabeto:

M P R J

Afirma-se que uma nova sequência tem a mesma estrutura da sequência dada quando as distâncias relativas entre as letras é a mesma da sequência original.

Considere as sequências:

- 1) D G I A
- 2) Q T V O
- 3) H K N F

Dessas sequências, possuem a mesma estrutura da sequência original:

- (A) somente (1);
- (B) somente (2);
- (C) somente (3);
- (D) somente (1) e (2);
- (E) somente (2) e (3).

36

Trabalham em um escritório 11 pessoas, sendo que, no assunto futebol, 3 são vascaínos, 2 são tricolores, 2 são botafoguenses e 4 são flamenguistas.

É correto afirmar que:

- (A) em qualquer grupo de 7 dessas pessoas há, pelo menos, um vascaíno;
- (B) em qualquer grupo de 6 dessas pessoas há torcedores de, pelo menos, três times;
- (C) em qualquer grupo de 8 dessas pessoas há, pelo menos, um flamenguista;
- (D) em qualquer grupo de 5 dessas pessoas há, pelo menos, um botafoguense;
- (E) em qualquer grupo de 4 dessas pessoas há, pelo menos, duas pessoas que torcem pelo mesmo time.

37

Para organizar um horário de atendimento, em três dias da semana, pela manhã e à tarde, deve-se colocar duas letras A, duas letras B e duas letras C nas casas vazias da tabela abaixo, com a condição de que, em cada coluna, não apareçam letras iguais.

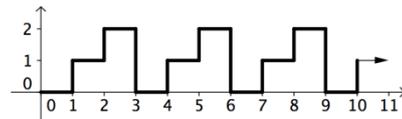
	2ª feira	4ª feira	6ª feira
Manhã			
Tarde			

O número de maneiras diferentes de preencher essa tabela é:

- (A) 12;
- (B) 24;
- (C) 36;
- (D) 48;
- (E) 64.

38

No plano cartesiano foi construída, a partir da origem, a linha quebrada mostrada na figura abaixo.



Percorrendo, a partir da origem, e sobre a linha quebrada, um comprimento de 200 unidades, o ponto final desse percurso será:

- (A) (84, 0);
- (B) (85, 0);
- (C) (85, 1);
- (D) (86, 1);
- (E) (86, 2).

39

Prestando depoimento o depoente declarou:

- Estava no escritório às 10 horas da noite e o telefone tocou.

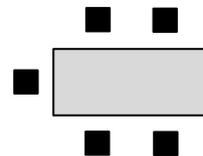
Após algumas investigações verificou-se que essa declaração do depoente era falsa.

É correto concluir que o depoente:

- (A) não estava no escritório ou o telefone não tocou;
- (B) não estava no escritório e o telefone não tocou;
- (C) não estava no escritório ou o telefone tocou;
- (D) estava no escritório ou o telefone não tocou;
- (E) estava no escritório e o telefone não tocou.

40

A figura abaixo mostra uma mesa retangular com 5 cadeiras representadas pelos quadradinhos pretos.



Um casal com seus três filhos ocuparão esses cinco lugares e o lugar de cada um será decidido por sorteio. A probabilidade de que o casal fique junto, ou seja, um ao lado do outro em uma das laterais da mesa é:

- (A) 10%;
- (B) 20%;
- (C) 30%;
- (D) 40%;
- (E) 50%.

Organização do Ministério Público

41

Eusébio, pessoa idosa e muito pobre, sofria constantes espancamentos do único familiar que tinha e com o qual vivia, quase perdendo a vida no último desses acontecimentos. Além de procurar a Delegacia de Polícia para relatar os crimes de que fora vítima, procurou o membro do Ministério Público com atribuição na área extrapenal, visando à adoção de providências que resguardassem a sua integridade física e psicológica. À luz desse quadro, o membro do Ministério Público com atribuição na área extrapenal deve:

- (A) encaminhar Eusébio para a Defensoria Pública;
- (B) adotar as medidas extrapenais, autorizadas pela ordem jurídica, em prol de Eusébio;
- (C) informar a Eusébio que o Ministério Público somente atua na área penal;
- (D) orientar Eusébio a procurar um advogado;
- (E) apenas informar a Eusébio que não tem atribuição para atendê-lo, sem prestar qualquer consulta.

42

Ao detectar a prática de inúmeros ilícitos semelhantes cometidos em diversos quadrantes do Estado do Rio de Janeiro, o Procurador-Geral de Justiça reuniu todos os Promotores de Justiça com atribuição e comunicou que acabara de editar uma determinação uniformizando o enquadramento jurídico desses ilícitos. O objetivo era o de evitar posicionamentos divergentes entre os órgãos com atribuição e viabilizar a defesa das respectivas teses junto aos Tribunais Superiores. À luz da sistemática constitucional, essa medida:

- (A) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois afronta o princípio da independência funcional;
- (B) está em harmonia com a ordem constitucional, pois se ajusta ao princípio da unidade do Ministério Público;
- (C) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois somente o Conselho Nacional do Ministério Público poderia expedir-la;
- (D) está em harmonia com a ordem constitucional, pois prestigia o princípio da eficiência;
- (E) não está em harmonia com a ordem constitucional, pois a medida deveria ser previamente aprovada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

43

Idília, servidora do Ministério Público Estadual, praticou falta funcional e, após regular processo administrativo, sofreu uma sanção de advertência. Inconformada com o resultado do processo, requereu ao Conselho Nacional do Ministério Público a reforma da referida decisão. Em atenção à sistemática constitucional e à interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, esse órgão colegiado de estatura constitucional:

- (A) pode rever qualquer ato administrativo praticado no âmbito do processo disciplinar, incluindo a sanção sofrida por Idília;
- (B) somente pode rever os atos funcionais praticados no âmbito do Ministério Público, não os atos administrativos;
- (C) pode rever apenas as sanções disciplinares aplicadas aos membros do Ministério Público, não aos servidores;
- (D) somente poderia rever a sanção disciplinar aplicada a Idília se demonstrado o exaurimento dos recursos internos;
- (E) não pode rever os atos praticados no âmbito do Ministério Público, mas tão somente recomendar a sua correção.

44

Membro do Ministério Público com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar a possível prática de atos de improbidade administrativa por determinados agentes públicos. Ao fim de ampla investigação, constatou que determinado juiz de direito teria praticado crime. Esses elementos probatórios, produzidos em expediente presidido por membro do Ministério Público, subsidiaram a ação penal ajuizada em face do referido juiz de direito. À luz da ordem jurídica brasileira, os elementos probatórios produzidos no inquérito civil:

- (A) não podem ser utilizados para subsidiar a ação penal, já que foram produzidos em outra instância de responsabilização;
- (B) somente podem ser utilizados para subsidiar a ação penal após o trânsito em julgado da ação civil pública;
- (C) somente podem ser utilizados para subsidiar a ação penal se foram produzidos sob o crivo do contraditório;
- (D) podem ser utilizados para subsidiar o ajuizamento de uma ação penal;
- (E) somente podem subsidiar a ação penal ajuizada em face do juiz de direito se colhidos sob supervisão do Tribunal de Justiça.

45

Determinado membro do Ministério Público com atribuição, nos autos de inquérito civil que tramitava em seu órgão de execução, celebrou termo de ajustamento de conduta. A respeito desses autos, é correto afirmar que devem:

- (A) ser encaminhados, no prazo de três dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de homologação;
- (B) ter sua tramitação suspensa, pelo Presidente da investigação, até o integral cumprimento do acordado;
- (C) ser encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça, para que essa autoridade zele pelo princípio da obrigatoriedade da ação civil pública;
- (D) ser arquivados na secretaria, até que um legítimo interessado solicite o restabelecimento da sua tramitação;
- (E) ter a sua autenticidade declarada pela secretaria, com ulterior pensamento aos autos da ação civil pública.

46

Rosélia, Analista do Ministério Público, logo após tomar posse no cargo, inteirou-se a respeito dos mecanismos estatutários de evolução na carreira, o que significaria aumento na contraprestação pecuniária que lhe era devida. Após muitas reflexões, teve sinceras dúvidas a respeito da utilidade da progressão funcional. A respeito desse instituto, é correto afirmar que:

- (A) a exemplo da promoção, obedece a um critério de temporalidade e pode ser conjugada com uma avaliação especial de desempenho;
- (B) distingue-se da promoção na medida em que permite ao servidor mover-se do último padrão remuneratório de uma classe da carreira para o primeiro da classe seguinte;
- (C) a progressão é a transferência do servidor de uma carreira para outra igualmente inserida no Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público;
- (D) identifica-se com a promoção na medida em que permite ao servidor mover-se do último padrão remuneratório de uma classe da carreira para o primeiro da classe seguinte;
- (E) distingue-se da promoção na medida em que não altera o padrão a que está vinculado o servidor e não permite a evolução na carreira.

47

Determinado órgão de execução do Ministério Público, após ultimar as investigações no inquérito civil que havia instaurado, concluiu pela necessidade de provocar a atuação do Poder Judiciário e elaborou a petição inicial da ação civil pública.

O Presidente da investigação deve:

- (A) extrair cópias das principais peças do inquérito civil, que acompanharão a petição inicial;
- (B) promover o arquivamento do inquérito civil assim que der entrada na petição inicial;
- (C) necessariamente extrair cópia da íntegra do inquérito civil, que acompanhará a petição inicial;
- (D) anexar o inquérito civil à petição inicial que será encaminhada ao Poder Judiciário;
- (E) encaminhar cópia do inquérito civil, por meio de arquivo digital, ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional.

48

Ítalo, Procurador de Justiça, no exercício de sua atividade de inspeção permanente do serviço dos Promotores de Justiça, identificou uma conduta, atribuída a Isidro, que reputava gravemente atentatória aos deveres do cargo. Formulou representação ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que a arquivou de plano. À luz desse quadro, é correto afirmar que, no âmbito estadual, Isidro:

- (A) pode recorrer ao Colégio de Procuradores de Justiça;
- (B) não pode impugnar a decisão proferida;
- (C) pode recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público;
- (D) pode pleitear, ao Judiciário, a aplicação das sanções administrativas;
- (E) deve pleitear a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça.

49

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro recebeu representação em que era narrada a possível prática de ilícito, por parte de autoridade que deveria ser por ele investigada, mas com a qual mantinha relação de parentesco, o que, de acordo com a lei processual, caracterizaria uma situação de impedimento. Nesse caso, de acordo com a Lei Complementar nº 106/2003, deve atuar no feito o:

- (A) Subprocurador-Geral de Justiça;
- (B) Corregedor-Geral do Ministério Público;
- (C) Procurador de Justiça mais antigo na classe;
- (D) membro eleito, do Conselho Superior, mais antigo na classe;
- (E) Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

50

Além dos cargos de provimento efetivo, o Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro também conta com cargos de provimento em comissão. Especificamente em relação ao Cargo em Comissão de Direção (CCD) e ao Cargo em Comissão de Gerência (CCG), é correto afirmar, de acordo com a sistemática da Lei nº 5.981/2011, que:

- (A) ambos somente podem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (B) podem ser livremente titularizados por pessoas que ocupem, ou não, cargos de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro;
- (C) oitenta por cento dos Cargos em Comissão de Gerência (CCG) devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) ambos somente podem ser preenchidos por servidores que sejam ocupantes de funções de confiança, desde que responsáveis pelas funções de direção e gerência;
- (E) noventa por cento dos Cargos em Comissão de Direção (CCD) devem ser preenchidos por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

Tutela Coletiva e Direito da Infância e Juventude

51

Navio de sociedade empresária do ramo petrolífero, por problemas técnicos, derramou grande quantidade de óleo no mar. O acidente causou sérios danos ambientais e impactou a atividade de pesca no local, única fonte de renda de diversas famílias. Tendo por base a mesma causa de pedir, qual seja, o derramamento de óleo, foram ajuizadas duas ações civis públicas em face da sociedade empresária, da seguinte forma:

1ª) proposta pelo Ministério Público, para reparação dos danos ambientais, na defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito transindividual, de natureza indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

2ª) proposta por Associação que ostenta legitimidade para tal, para indenização dos pescadores que já eram associados, na defesa de direito de natureza indivisível de que é titular aquele grupo de pescadores ligados entre si por uma relação jurídica base.

Levando em consideração a classificação legal e doutrinária dos direitos metaindividuais, as ações civis públicas acima foram ajuizadas para tutelar, respectivamente, direitos:

- (A) coletivo em sentido estrito e difuso;
- (B) coletivo em sentido estrito e individuais homogêneos;
- (C) coletivo em sentido estrito e coletivo em sentido amplo;
- (D) difuso e coletivo em sentido estrito;
- (E) difuso e individuais homogêneos.

52

Tramita na Promotoria de Tutela Coletiva inquérito civil público instaurado para apurar contratação ilegal de pessoal pelo Município, diante da ausência de concurso público. Realizadas as diligências pertinentes, ficou comprovado que o Município está mantendo pessoas não concursadas nomeadas para cargo em comissão, que não exercem funções de chefia, direção ou assessoramento, e sim funções de natureza permanente e atividade típica de Estado, como procuradores, médicos e professores. Com vistas à tentativa de solução consensual do caso, o Promotor de Justiça pode se valer do instrumento extrajudicial coletivo:

- (A) da recomendação dirigida ao Prefeito Municipal e ao Procurador-Geral do Município, a fim de que exonem as pessoas contratadas ilegalmente, sob pena de aplicação de multa fixada no inquérito civil;
- (B) da recomendação dirigida ao Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Administração, a fim de que realizem imediatamente concurso público, sob pena de decreto no inquérito civil de indisponibilidade de seus bens;
- (C) do compromisso de ajustamento de conduta a ser firmado com o Município, a fim de que realize concurso público até determinada data, que já será estabelecida no compromisso pelas partes atendendo à razoabilidade, sob pena de ajuizamento de ação civil pública;
- (D) do compromisso de ajustamento de conduta a ser firmado com o Município, a fim de que realize concurso público no prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de afastamento cautelar do Prefeito da função pública, a ser decretado no bojo do inquérito civil;
- (E) da audiência pública, a fim de que a população seja ouvida para decidir, de forma coletiva, qual é a melhor solução a ser adotada para o caso concreto, eis que a população tem o direito de decidir como serão contratados os servidores que irão prestar serviços públicos essenciais.

53

Hamilton foi eleito Prefeito Municipal para o período de 2005 a 2008. No ano de 2007, Hamilton concedeu benefício fiscal a determinada sociedade empresária, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie. O Prefeito foi reeleito e encerrou seu mandato em 31 de dezembro de 2012. Em 2015, o Promotor de Tutela Coletiva com atribuição em patrimônio público na área do Município recebeu peças de informação do Tribunal de Contas noticiando a ilegalidade. Imediatamente, o Promotor instaurou inquérito civil público e, em abril de 2016, concluiu as investigações com fartas provas da prática de improbidade administrativa. No caso em tela, de acordo com a legislação e a jurisprudência aplicável à matéria, é correto afirmar que:

- (A) já ocorreu a prescrição da pretensão estatal de aplicação das sanções da lei de improbidade em relação a Hamilton, mas a sociedade empresária ainda pode ser acionada com base na responsabilidade civil;
- (B) já ocorreu a prescrição da pretensão estatal de aplicação das sanções da lei de improbidade em relação a Hamilton e à sociedade empresária, pois o prazo de cinco anos é contado a partir da data do ilícito;
- (C) já ocorreu a prescrição da pretensão estatal de aplicação das sanções pessoais da lei de improbidade em relação a Hamilton e à sociedade empresária, mas é possível ajuizamento de ressarcimento, pois o dano ao erário é imprescritível;
- (D) ainda não ocorreu a prescrição da pretensão estatal de aplicação das sanções da lei de improbidade em relação a Hamilton e à sociedade empresária, pois o prazo para ambos é de cinco anos contados a partir do término do segundo mandato eletivo;
- (E) ainda não ocorreu a prescrição da pretensão estatal de aplicação das sanções da lei de improbidade em relação a Hamilton, pois o prazo de cinco anos é contado a partir do término do segundo mandato eletivo, mas já transcorreu a prescrição para a sociedade empresária.

54

Município do interior do Estado construiu e iniciou a operação de um cemitério municipal em janeiro de 2011, ignorando a Resolução do CONAMA nº 335/2003, que determina a obrigatoriedade de licenciamento ambiental para cemitérios. Em 2015, o Promotor de Tutela Coletiva com atribuição na matéria meio ambiente sobre o Município recebeu representação, dando conta de que o cemitério não possuía licença ambiental. Após a tramitação regular de inquérito civil, a investigação revelou, em abril de 2016, que além da ausência de licenciamento ambiental, o cemitério causa sérios danos ambientais, inclusive contaminação do solo e do lençol freático com necrochorume. Diante do quadro fático delineado, deverá o Promotor de Justiça de Tutela Coletiva:

- (A) promover o arquivamento do inquérito, seja porque o Município, na qualidade de poder público, não está sujeito a licenciamento ambiental de suas atividades consistentes em serviços públicos essenciais, seja porque o dano ambiental foi alcançado pela prescrição quinquenal;
- (B) promover o arquivamento do inquérito em relação à ausência de licença ambiental porque o Município, na qualidade de poder público, não está sujeito a licenciamento ambiental de suas atividades consistentes em serviços públicos essenciais, e ajuizar ação civil pública para reparação dos danos ambientais;
- (C) ajuizar ação popular, pleiteando, dentre outros pedidos, a condenação do Município, em obrigação de fazer, para submeter o cemitério a processo de licenciamento ambiental e para promover a recomposição do meio ambiente, inclusive com pedido de dano moral coletivo a ser suportado pessoalmente pelos agentes públicos responsáveis;
- (D) ajuizar ação civil pública, pleiteando, dentre outros pedidos, a condenação do Município, em obrigação de fazer, para submeter o cemitério a processo de licenciamento ambiental e para promover a recomposição do meio ambiente, com a recuperação e compensação ambiental pelos danos ambientais causados;
- (E) deflagrar ação penal pública incondicionada, mediante oferecimento de denúncia, pleiteando a condenação dos gestores municipais – Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Meio Ambiente - à pena privativa de liberdade pela prática de crimes ambientais, bem como à reparação dos danos ambientais causados.

55

Promotor de Tutela Coletiva do Meio Ambiente do Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio de investigações levadas a cabo em inquérito civil público, concluiu pela precariedade no serviço de saneamento básico e total omissão do Município onde atua. Assim, ajuizou ação civil pública em face do Município, formulando pedidos específicos de obrigação de fazer compatíveis com o orçamento municipal nas matérias de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. O juízo competente proferiu sentença julgando procedentes todos os pedidos. Inconformado, o Município recorreu alegando ofensa ao princípio da separação dos poderes e que a Lei Nacional de Saneamento Básico que fundamentou os pedidos apenas abarca a questão do esgotamento sanitário. Instado a ofertar parecer, o Procurador de Justiça se manifesta, com base na jurisprudência e na Lei nº 11.445/07, pela:

- (A) reforma da sentença, com a improcedência de todos os pedidos porque o Judiciário não pode se imiscuir em política pública e porque a Lei Nacional de Saneamento Básico não engloba qualquer dos temas objeto dos pedidos da inicial, mas tão somente a questão do esgotamento doméstico;
- (B) reforma parcial da sentença, mantendo a condenação do Município somente na obrigação de fazer do tema esgotamento sanitário, pois é o único previsto na Lei Nacional de Saneamento Básico, e extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação aos demais pedidos;
- (C) reforma parcial da sentença, mantendo a condenação do Município somente nas obrigações de fazer dos temas esgotamento sanitário e resíduos sólidos, porque somente estes estão previstos na Lei Nacional de Saneamento Básico, e extinguindo o processo sem resolução do mérito em relação aos demais pedidos;
- (D) manutenção da sentença, ressaltando que, apesar de a Lei Nacional de Saneamento Básico contemplar somente a questão do esgotamento sanitário, existe legislação esparsa que se aplica aos demais temas objeto dos pedidos de obrigação de fazer;
- (E) manutenção da sentença, ressaltando que a Lei Nacional de Saneamento Básico considera saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

56

Em matéria de tutela coletiva da saúde, de acordo com o texto constitucional, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com algumas diretrizes, como:

- (A) a desconcentração, com direção separada e autônoma em cada esfera de governo;
- (B) o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- (C) a participação das três esferas de poder, federal, estadual e municipal, excluída a contribuição da comunidade;
- (D) a universalidade, consistente na garantia de atenção à saúde, por parte do sistema, somente aos cidadãos hipossuficientes;
- (E) a centralização, segundo a qual a União centraliza a administração das verbas públicas destinadas ao SUS.

57

Promotoria de Tutela Coletiva especializada na Proteção à Pessoa com Deficiência instaurou inquérito civil público para apurar eventual desatendimento das disposições do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no que se refere ao direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Identificada irregularidade cometida pelo investigado, com base na Lei nº 13.146/2015, o Promotor expediu recomendação:

- (A) à sociedade empresária que opera frota de táxi para reservar 50% (cinquenta por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência, que terá prioridade sobre os demais passageiros nas filas para embarque nos táxis;
- (B) à locadora de veículos para oferecer pelo menos 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, independentemente da quantidade total de veículos que compõem sua frota;
- (C) à concessionária de serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros para que assegure à pessoa com deficiência prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque, de acordo com as normas técnicas;
- (D) ao shopping center, para garantir ao menos 10 (dez) vagas no estacionamento, independentemente de sua capacidade total, próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência;
- (E) ao Prefeito Municipal, para reservar ao menos 2 (duas) vagas em cada via pública que ofereça estacionamento ao público, independentemente do total de vagas na rua, para pessoa com deficiência ou com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificada.

58

João, de forma livre e consciente, disponibilizou, por meio de publicação em seu site na internet, vídeo contendo cena de sexo explícito envolvendo adolescente. De acordo com o ordenamento jurídico, João cometeu crime previsto:

- (A) no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja pena é de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa;
- (B) no Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja pena é de detenção de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e suspensão do site;
- (C) no Código Penal por estupro, cuja pena é de reclusão de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e suspensão do site;
- (D) na Lei do Marco Civil da Internet, cuja pena é de reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e suspensão do site;
- (E) na Lei do Marco Civil da Internet cuja pena é de detenção de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

59

Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Nesse contexto, de acordo com a Lei nº 8.069/90, o Conselho Tutelar:

- (A) é composto por servidores públicos municipais previamente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo;
- (B) é órgão do Poder Judiciário que tem por finalidade atender as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, aplicando medidas de proteção e medidas socioeducativas;
- (C) deve representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural;
- (D) deve, com a prévia autorização do Ministério Público, dispor sobre a participação de criança e adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, bem como em certames de beleza, em sua área territorial;
- (E) deve disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate, estádio, ginásio e estabelecimentos congêneres.

60

Pablo, adolescente de 15 (quinze) anos, subtraiu para si uma bolsa contendo documentos pessoais, aparelho de telefone celular e dinheiro em espécie da idosa Joana, em via pública, no Centro do Rio de Janeiro, mediante grave ameaça pelo emprego de arma de fogo e violência consistente em uma coronhada na cabeça da vítima. Policiais Militares foram alertados e, após diligência que durou uma hora, encontraram o menor com os objetos da vítima e com a arma de fogo. O menor foi levado à delegacia, onde foram adotadas as medidas de praxe, inclusive sendo juntado documento informando que o adolescente já cometera outros três atos ilícitos nas mesmas circunstâncias. Ao receber o procedimento e cumpridas as formalidades legais, o Promotor de Justiça da Infância e Juventude deverá:

- (A) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva;
- (B) oferecer denúncia em face de Pablo e requerer o relaxamento de sua prisão em flagrante;
- (C) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua prisão preventiva;
- (D) oferecer representação pela prática de ato infracional em face de Pablo e requerer sua internação provisória;
- (E) conceder remissão a Pablo e determinar seu encaminhamento para cumprimento de medida protetiva.

Direito Administrativo e Direito Constitucional

61

Com o escopo de promover melhoria no sistema de mobilidade urbana, o Estado do Rio de Janeiro resolveu ampliar determinada estrada que comportará significativo aumento no tráfego de veículos em razão dos jogos olímpicos. Durante as obras de reforma e ampliação da via expressa, foi necessária a utilização temporária de terrenos particulares contíguos à estrada, para a alocação transitória de máquinas de asfalto, equipamentos de serviço e pequenas barracas de operários. Para viabilizar tal utilização dos imóveis privados, o Governo do Estado, ao intervir na propriedade, se valeu do instituto da:

- (A) servidão administrativa, que acarreta a prévia indenização ao particular, cujo valor pode ser arbitrado pela via administrativa caso haja acordo, ou judicialmente;
- (B) ocupação temporária, que enseja indenização ao particular se o uso pelo poder público acarretar comprovado prejuízo ao proprietário;
- (C) requisição administrativa, que, independentemente de risco iminente, enseja ao particular indenização na proporção da diminuição do uso de sua propriedade;
- (D) desapropriação temporária, que acarreta a prévia indenização ao particular, cujo valor pode ser arbitrado pela via administrativa caso haja acordo, ou judicialmente;
- (E) limitação administrativa, que enseja necessária e ulterior indenização ao particular, cujo valor varia de acordo com a diminuição do uso de sua propriedade.

62

Funcionários de sociedade empresária concessionária do serviço público municipal de coleta e tratamento de esgoto e fornecimento de água potável realizavam conserto em um bueiro localizado em via pública. Durante o reparo, um forte jato de água atingiu Fernanda, transeunte que caminhava pela calçada, ocasionando sua queda que resultou em fratura do fêmur. No caso em tela, a indenização devida a Fernanda deve ser suportada:

- (A) pela sociedade empresária concessionária, que tem responsabilidade civil subjetiva, sendo imprescindível a comprovação da culpa ou dolo de seus funcionários;
- (B) pela sociedade empresária concessionária, que tem responsabilidade civil objetiva, sendo prescindível a comprovação da culpa ou dolo de seus funcionários;
- (C) pelo Município, diretamente, na qualidade de poder concedente, que tem responsabilidade civil subjetiva, sendo prescindível a comprovação da culpa ou dolo dos seus funcionários da concessionária;
- (D) pelo Município e pela sociedade empresária concessionária, de forma solidária, que têm responsabilidade civil objetiva, sendo imprescindível a comprovação da culpa ou dolo dos funcionários da concessionária;
- (E) pelos funcionários responsáveis pelo dano, diretamente, que têm responsabilidade civil objetiva, sendo prescindível a comprovação de terem atuado com culpa ou dolo.

63

Leandro, Prefeito Municipal, confeccionou e distribuiu pela cidade, utilizando verba pública, vinte mil panfletos intitulados “boletim informativo”, contendo sua imagem em diversas fotografias de inauguração de obras públicas com os seguintes dizeres: *“O Prefeito Leandro continua cuidando de seu povo e construindo postos de saúde e escolas municipais para sua família! Com o seu apoio, darei continuidade às minhas ações beneficentes no próximo mandato!!!”*. No caso em tela, Leandro:

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque, na qualidade de agente político, não se sujeita ao regime da lei de improbidade, respondendo apenas por crime de responsabilidade;
- (B) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque a legislação permite que seja feita publicidade de caráter institucional, para dar ciência à população das ações sociais do Município;
- (C) não cometeu ato de improbidade administrativa, porque não houve dano ao erário, já que a publicação veiculou obras públicas que efetivamente existiram, mas cometeu ilícito de natureza eleitoral por propaganda antecipada;
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa, porque a publicidade não teve caráter educativo, informativo ou de orientação social, e sim de promoção pessoal, com ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade;
- (E) cometeu ato de improbidade administrativa, porque implicitamente solicitou votos para a próxima eleição e, por isso, está sujeito à cassação de seus direitos políticos e outras sanções previstas na lei de improbidade.

64

Determinado Município do Estado do Rio de Janeiro opera diretamente aterro sanitário para recebimento de todo resíduo sólido produzido na cidade, desde 2014. Maria, moradora vizinha ao aterro, entende que está sofrendo problemas de saúde, pois utiliza água de poço artesiano que teria se tornada imprópria para o consumo, em razão da contaminação do lençol freático pelo chorume produzido no aterro. Assim, em abril de 2016, Maria impetrou mandado de segurança pretendendo a paralisação da operação do aterro, apontando como autoridades coatoras o Prefeito e o Secretário Municipal de Meio Ambiente e requereu a realização de perícia ambiental. A petição inicial foi indeferida liminarmente pelo juízo de primeiro grau de jurisdição e Maria interpôs recurso de apelação. Instado a se manifestar no processo sobre o recurso, o Procurador de Justiça que atua junto à Câmara Cível deverá ofertar parecer no sentido da:

- (A) reforma da decisão, eis que Maria é parte legítima para proteger seu direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, diante da ilegalidade dos agentes públicos por causarem dano ambiental, que será comprovado no curso da instrução processual;
- (B) reforma da decisão, eis que a lesão sofrida por Maria se protraí no tempo, razão pela qual não se operou o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias e os danos difusos ambientais serão comprovados no curso da instrução processual;
- (C) manutenção da decisão, eis que já se operou o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data em que o aterro sanitário entrou em operação, razão pela qual deverá Maria ingressar com uma ação ordinária;
- (D) manutenção da decisão, eis que Maria não ostenta legitimidade ativa para figurar como impetrante em mandado de segurança que tem como causa de pedir dano ambiental, devendo o Ministério Público assumir o polo ativo da demanda;
- (E) manutenção da decisão, eis que faltou um dos requisitos legais do remédio constitucional, qual seja, o direito líquido e certo com prova pré-constituída da ilegalidade, pois a comprovação do dano ambiental demanda dilação probatória.

65

Sociedade empresária concessionária do serviço público estadual de transporte intermunicipal coletivo de passageiros deseja, com base no contrato administrativo, reajustar o valor da tarifa, alegando que está defasado em razão dos atuais custos do serviço. O poder concedente, pressionado por manifestações populares, não autorizou o aumento pretendido, argumentando que os serviços devem ser remunerados a preços razoáveis, levando em consideração o poder aquisitivo do usuário para que, por dificuldades financeiras, não seja ele aliado do universo de beneficiários do serviço. Assim, a concessionária ajuizou ação judicial pretendendo obter autorização para o reajuste das tarifas pagas pelos usuários. Instado a se manifestar, o Ministério Público deverá emitir parecer analisando as peculiaridades do caso concreto e levando em conta a harmonização entre os seguintes princípios acima alegados, respectivamente, pelo concessionário e poder concedente:

- (A) princípio da continuidade do serviço público e princípio da economicidade;
- (B) princípio da exceção do contrato não cumprido e princípio da isonomia;
- (C) princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e princípio da modicidade;
- (D) princípio da competitividade e princípio da supremacia do interesse público;
- (E) princípio da universalidade do serviço público e princípio da segurança jurídica.

66

Em razão de notícias de irregularidades na contratação de determinado empréstimo externo pelo Poder Executivo, foi instaurada comissão parlamentar de inquérito no âmbito do Senado Federal. Em sua reunião inicial, a CPI, em decisão devidamente fundamentada, deliberou pela adoção de quatro providências:

- (1) quebra do sigilo fiscal de todos os envolvidos;
- (2) intimação do Presidente da República para que comparecesse perante a CPI e prestasse esclarecimentos;
- (3) determinação de interceptação das comunicações telefônicas de dois servidores públicos, suspeitos de receberem vantagens indevidas para a contratação dos empréstimos; e
- (4) quebra do sigilo bancário de dois particulares suspeitos de oferecerem vantagens indevidas aos servidores. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a CPI somente poderia adotar as medidas referidas em:

- (A) 1 e 3;
- (B) 1 e 4;
- (C) 1, 2, 3 e 4;
- (D) 2;
- (E) 2, 3 e 4.

67

Determinado Promotor de Justiça, no curso de um inquérito civil, constatou que certa lei estadual, cuja aplicação, ou não, tinha influência direta na resolução do problema concreto submetido à sua apreciação, era flagrantemente inconstitucional. A partir de então, realizou amplos estudos a respeito de como deflagrar o controle de constitucionalidade. À luz da sistemática constitucional brasileira, é correto afirmar que:

- (A) a lei estadual somente poderia ser submetida, pelo devido legitimado, ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo Supremo Tribunal Federal;
- (B) não há nenhum instrumento, ao alcance do Promotor de Justiça, para pleitear a não aplicação da lei estadual a um caso concreto;
- (C) a declaração de inconstitucionalidade da lei estadual poderia fazer parte do pedido da ação civil pública que viesse a ajuizar;
- (D) a lei estadual poderia ser submetida, pelo devido legitimado, ao controle concentrado de constitucionalidade realizado pelo Tribunal de Justiça;
- (E) a lei estadual poderia ser declarada inconstitucional, por qualquer órgão jurisdicional, unitário ou colegiado, a partir de pedido formulado pelo interessado.

68

O Ministério Público de determinado Estado, com observância das regras de competência estabelecidas na Constituição Estadual, impetrou mandado de segurança, perante o Tribunal de Justiça local, contra ato de certa autoridade estadual. Considerando que o mandado de segurança foi denegado, bem como que não foi acolhida a interpretação, defendida na petição inicial, da Constituição da República e da legislação federal, a instituição deve interpor:

- (A) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (B) recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (C) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (D) recurso ordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (E) simultaneamente, recursos extraordinário e especial, endereçados aos tribunais competentes.

69

Após o trânsito em julgado de decisão da Justiça Estadual que condenara certo Estado da Federação ao restabelecimento de vantagem pecuniária devida a um servidor público, foram adotadas todas as providências processuais visando à efetividade do julgado. Apesar disso, o Estado negava-se a cumpri-la sob o argumento de que era injusta. Considerando a sistemática constitucional afeta à decretação da intervenção da União nos Estados, a parte interessada em ver tal medida promovida poderia representar:

- (A) diretamente ao Supremo Tribunal Federal, órgão que, acolhendo a representação, deve solicitar a intervenção ao Presidente da República;
- (B) ao Tribunal de Justiça local, órgão que, acolhendo a representação, solicitará a intervenção ao Supremo Tribunal Federal, a quem compete requisitá-la ao Presidente da República;
- (C) diretamente ao Supremo Tribunal Federal, órgão que, acolhendo a representação, deve requisitar a intervenção ao Presidente da República;
- (D) ao Tribunal de Justiça local, órgão que, acolhendo a representação, solicitará a decretação da intervenção ao Presidente da República;
- (E) ao Tribunal de Justiça local, órgão que, acolhendo a representação, solicitará a intervenção ao Supremo Tribunal Federal, a quem compete decretá-la.

70

Determinado servidor do Ministério Público teve sua aposentadoria deferida pela Administração Superior e recebeu os respectivos proventos por pouco mais de 4 (quatro) anos. Ato contínuo, soube que o respectivo processo administrativo estava prestes a ser examinado pelo Tribunal de Contas. Em relação a esse caso concreto, é correto afirmar que:

- (A) o registro da aposentadoria, no caso de irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas, pode ser negado, não sendo necessária a observância do contraditório;
- (B) o deferimento da aposentadoria, pelo Ministério Público, consubstancia ato jurídico perfeito, que não pode ser alterado;
- (C) o registro da aposentadoria não pode ser negado pelo Tribunal de Contas, isso sob pena de violar a autonomia administrativa do Ministério Público;
- (D) a aposentadoria, enquanto direito social, somente pode ser alterada pelo Poder Judiciário, não pelo órgão concedente ou pelo Tribunal de Contas;
- (E) o registro da aposentadoria, pelo Tribunal de Contas, é prática que não encontra sustentação nas regras e nos princípios constitucionais.

Direito Civil e Direito Processual Civil

71

Gisele, quinze anos de idade, modelo e atriz de sucesso, com ótima condição econômica, após se aborrecer com o vizinho de seu pai, pegou um paralelepípedo e quebrou o vidro do para-brisa dianteiro de um veículo AUDI ano 2016, que se encontrava estacionado em frente a sua residência. Considerando que Gisele reside com seu pai, que é separado judicialmente de sua mãe, e que nenhum dos dois genitores dispõe de meios para ressarcir os danos causados, é correto afirmar que:

- (A) Gisele deverá ser responsabilizada civilmente pelos danos causados;
- (B) a responsabilidade civil será exclusivamente do pai de Gisele;
- (C) a responsabilidade civil será exclusivamente da mãe de Gisele;
- (D) a responsabilidade civil será dos pais de Gisele;
- (E) não há responsabilidade civil, já que Gisele é menor de idade, sendo civilmente incapaz.

72

Felícia, dezoito anos de idade, após ter sido criada por sua tia Deise desde que tinha quatro anos de idade, foi adotada por ela em procedimento ao qual os pais biológicos não anuíram. É correto afirmar que a adoção em questão é ato:

- (A) inexistente, já que é imprescindível, na hipótese, a concordância dos pais biológicos;
- (B) nulo, já que é imprescindível, na hipótese, a concordância dos pais biológicos;
- (C) nulo, já que é imprescindível, na hipótese, ao menos a concordância da mãe biológica;
- (D) válido, já que não há exigência legal quanto à concordância dos pais biológicos para o ato em questão;
- (E) anulável, já que é imprescindível, na hipótese, a concordância dos pais biológicos.

73

Eduardo, embora casado com Maria, encontra-se separado de fato há três anos, sendo que há um ano e meio vive maritalmente com Alessandra, mantendo convivência pública, duradoura e contínua. Considerando que Alessandra, em virtude de um acidente, não pode ter filhos, é correto afirmar que:

- (A) inexistente união estável entre Eduardo e Alessandra, já que ele se mantém casado;
- (B) Eduardo e Alessandra estão em relação de união estável, pelo simples fato de estarem juntos há mais de um ano, requisito único para sua configuração;
- (C) Eduardo e Alessandra estão em relação de união estável, já que a separação de fato exclui o impedimento decorrente do casamento;
- (D) inexistente união estável entre Eduardo e Alessandra, já que ela não pode ter filhos;
- (E) inexistente união estável entre Eduardo e Alessandra, já que o prazo mínimo para sua configuração é de cinco anos.

74

Severino, diante da comprovada infidelidade de sua esposa Conceição, ao manter relação amorosa com Carla, sua colega de trabalho, ajuizou ação de responsabilidade civil pleiteando indenização decorrente de lesão a direito da personalidade. Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) não há responsabilidade civil de Carla perante Severino, já que não lhe é imposto zelar pelos deveres recíprocos de fidelidade do casal;
- (B) não há responsabilidade civil de Carla perante Severino, já que não houve lesão a direito de personalidade na hipótese em questão;
- (C) não há responsabilidade civil de Carla perante Severino por falta de amparo legal, já que a questão de ordem de família não gera efeitos obrigacionais no âmbito da responsabilidade civil;
- (D) houve dano moral que deve ser ressarcido por Carla, em razão da inobservância do dever de fidelidade;
- (E) não há responsabilidade civil de Carla por não haver inobservância do dever de fidelidade quando se trata de envolvimento entre pessoas do mesmo sexo.

75

Durante anos Berenice manteve limpo o terreno situado ao lado de sua residência, contratando periodicamente os serviços de Amarildo, para roçar e retirar o mato, evitando, assim, a presença de animais e a utilização do local para atividades indesejadas, como a presença de drogados ou de casais para encontros íntimos. O terreno pertence a Mirela, que está residindo na Alemanha.

Sempre que Berenice percebia que o mato estava alto e que pessoas estavam utilizando o terreno para os fins mencionados, solicitava a Amarildo, no dia seguinte, que limpasse o terreno e cortasse o mato.

É correto afirmar que Berenice:

- (A) é possuidora do terreno, podendo inclusive usucapir o imóvel;
- (B) é possuidora direta do terreno, não podendo usucapir, por falta de ânimo de dono;
- (C) é a proprietária do terreno;
- (D) não está exercendo a posse do terreno, mas Amarildo está;
- (E) tem no máximo a detenção eventual do terreno, não podendo ser considerada possuidora.

76

Everaldo manteve relação de união estável durante treze anos com Priscila. Da união nasceu Barbara. Luciana é a filha mais velha de Priscila, proveniente de outro relacionamento.

Após a separação, Everaldo iniciou um relacionamento amoroso com Luciana, o qual já dura dois anos. Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) não há qualquer impedimento no matrimônio de Everaldo com Luciana, já que nunca houve qualquer vínculo familiar entre eles;
- (B) Everaldo somente poderá contrair matrimônio com Luciana após dez anos de separação de Priscila;
- (C) por haver uma relação de parentesco em linha reta, Everaldo e Luciana não podem contrair matrimônio;
- (D) por haver uma relação de afinidade em linha reta, Everaldo e Luciana não podem contrair matrimônio;
- (E) não há qualquer impedimento no matrimônio de Everaldo com Luciana, já que o vínculo familiar que havia entre eles findou a partir da separação dele e de Priscila.

77

Em decorrência de um tumulto generalizado ocorrido em uma festa, Ricardo, menor de quinze anos, foi vítima de violento soco, tendo sofrido fraturas na face. Supondo que o golpe havia partido de Cláudio, pai de um amigo seu, a vítima, representada por seu pai, ajuizou em face dele demanda em que pleiteava a sua condenação ao pagamento de verbas reparatórias de danos morais. Citado, Cláudio, no prazo legal, ofereceu a sua peça contestatória, alegando que não fora o autor do golpe que lesionara Ricardo, mas sim Bruno, que o acompanhava na festa. Encerrada a fase instrutória, a alegação defensiva de Cláudio restou comprovada. Nesse cenário, deve o órgão ministerial dotado de atribuição para intervir no feito opinar no sentido de que seja:

- (A) o processo extinto sem resolução do mérito, em razão da ilegitimidade passiva *ad causam*;
- (B) o processo extinto com resolução do mérito, julgando-se improcedente o pedido;
- (C) o processo extinto com resolução do mérito, julgando-se procedente o pedido, já que o *Parquet* não pode se manifestar contrariamente aos interesses da parte incapaz;
- (D) o processo extinto sem resolução do mérito, em razão da ausência de interesse de agir;
- (E) o réu intimado para promover a denúncia da lide em relação a Bruno, o real agressor.

78

Proposta ação de usucapião em relação a uma casa, observa o juiz, de imediato, que a petição inicial aludiu apenas à pessoa em cujo nome se encontra registrado o imóvel objeto do pedido, sem que na peça processual haja qualquer referência aos proprietários dos imóveis confinantes. Nesse cenário, deve o magistrado:

- (A) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, já que a hipótese é de litisconsórcio facultativo;
- (B) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, já que, embora a hipótese seja de litisconsórcio necessário, somente a parte ré pode alegar, em sua contestação, a sua inobservância;
- (C) proceder ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, incluindo *ex officio* na lide os litisconsortes faltantes, já que, sendo a hipótese de litisconsórcio necessário, torna-se admissível a chamada intervenção *iussu iudicis*;
- (D) determinar que o autor, em prazo a lhe ser assinado, requeira a citação dos litisconsortes faltantes, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito;
- (E) proferir, de imediato, sentença terminativa.

79

Decretada por sentença, pelo juiz da infância e da juventude, a destituição do poder familiar em desfavor do genitor de uma criança, pretende ele recorrer dessa decisão. Nessa hipótese, o recurso cabível é:

- (A) a apelação, interponível no prazo de dez dias, desprovida de efeito suspensivo;
- (B) a apelação, interponível no prazo de dez dias, dotada de efeitos devolutivo e suspensivo;
- (C) a apelação, interponível no prazo de quinze dias, desprovida de efeito suspensivo;
- (D) a apelação, interponível no prazo de quinze dias, dotada de efeitos devolutivo e suspensivo;
- (E) o agravo de instrumento, interponível no prazo de dez dias, desprovido de efeito suspensivo.

80

Em iniciativa conjunta com a própria criança, o Ministério Público, por meio do órgão de execução dotado de atribuição, ajuizou ação de investigação de paternidade em face do suposto pai. Entendendo pela desnecessidade da atuação do *Parquet* como órgão agente, determinou o juiz da causa a sua exclusão do polo ativo, para nele manter apenas o menor. De acordo com a disciplina processual vigente, tal decisão é:

- (A) insuscetível de impugnação por qualquer via recursal típica ou mandado de segurança;
- (B) irrecurável, embora impugnável por mandado de segurança;
- (C) impugnável por recurso de apelação;
- (D) impugnável por recurso de agravo de instrumento;
- (E) impugnável por recurso de agravo retido.

81

No que se refere ao mandado de segurança, é INCORRETO afirmar que:

- (A) visa a tutelar direito líquido e certo, compreendido como tal aquele que decorre de fatos demonstráveis de plano, por meio de prova documental preconstituída;
- (B) é via inadequada para fins de impugnação de decisão judicial já transitada em julgado, ainda que esta tenha sido proferida em flagrante violação aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública;
- (C) a concessão da ordem pode dar azo à instauração de execução por quantia certa, abarcando vantagens pecuniárias devidas ao impetrante e vencidas a partir da edição do ato estatal impugnado, desde que observada a prescrição quinquenal;
- (D) a sentença que acolhe o pedido, além de sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, é impugnável por meio de recurso de apelação, interponível pela pessoa jurídica de direito público ou pela própria autoridade impetrada;
- (E) a sua propositura deve ocorrer no prazo de cento e vinte dias, a partir da ciência, pelo impetrante, do ato estatal impugnado.

82

Ajuizada ação popular para o fim de se desconstituir ato da Administração Pública que tenha se mostrado lesivo ao erário estadual, a intervenção do Ministério Público no processo se dá na qualidade de:

- (A) órgão agente, como legitimado ordinário;
- (B) litisconsorte ativo necessário;
- (C) órgão interveniente, podendo assumir, ao longo da tramitação do feito, o seu polo passivo, caso conclua pela legalidade do ato estatal impugnado;
- (D) órgão interveniente, não podendo assumir, ao longo da tramitação do feito, o seu polo ativo;
- (E) órgão interveniente, podendo assumir, ao longo da tramitação do feito, o seu polo ativo, desde que observadas certas condições.

83

Proposta demanda em face do RIOPREVIDÊNCIA, alegou a parte autora ter sido companheira de um servidor público, já falecido, para pleitear a condenação da autarquia previdenciária fluminense a conceder a pensão por morte que entende lhe ser devida. Citada, a autarquia apresentou, no prazo legal, a sua contestação, negando o vínculo que a autora afirmara ter mantido com o servidor, pugnando pela improcedência do pedido. Encerrada a fase instrutória, com ampla produção de provas, o juiz da causa concluiu, de forma expressa, pela configuração da entidade familiar alegada na inicial, condenando a ré a conceder o benefício previdenciário. Encaminhados os autos ao órgão *ad quem*, por força da interposição de recurso de apelação e do duplo grau de jurisdição obrigatório, a Câmara Cível confirmou a sentença, advindo, na sequência, o seu trânsito em julgado. No que tange à coisa julgada material formada, de conformidade com a legislação vigente, é correto afirmar que:

- (A) os seus limites objetivos alcançam o julgamento da pretensão condenatória e, também, o reconhecimento da existência do vínculo familiar;
- (B) os seus limites objetivos alcançam apenas o julgamento da pretensão condenatória, mas não o reconhecimento da existência do vínculo familiar, já que não foi proposta ação declaratória incidental em relação à questão prejudicial, que, assim, só pôde ser apreciada *incidenter tantum*;
- (C) os seus limites objetivos alcançam apenas o julgamento da pretensão condenatória, mas não o reconhecimento da existência do vínculo familiar, já que o órgão julgador não tinha competência *ratione materiae* para resolver a questão prejudicial como principal;
- (D) os seus limites subjetivos alcançam ambas as partes do processo e, também, o Estado do Rio de Janeiro e os parentes do servidor falecido;
- (E) os seus limites subjetivos não alcançam a autarquia previdenciária, já que esta atuou no feito como mera substituta processual do Estado do Rio de Janeiro.

84

De acordo com a disciplina processual vigente, a hipótese que NÃO dá azo à suspensão do feito é:

- (A) o requerimento, formulado na petição inicial, de desconsideração da personalidade jurídica;
- (B) a perda da capacidade processual de qualquer das partes;
- (C) o vínculo de prejudicialidade externa;
- (D) a convenção das partes;
- (E) a admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.

85

Em razão de grave enfermidade, consumidor de plano de saúde ajuizou demanda em que pleiteava a condenação da operadora prestadora do serviço a lhe custear um tratamento específico, indicado por seu médico, e que a empresa alegava não estar previsto no contrato. Sem prejuízo da tutela jurisdicional definitiva, abarcando a condenação da ré a cumprir a obrigação contratual e a pagar verbas reparatórias de danos morais, o autor requereu, em sua inicial, a concessão de tutela provisória, consubstanciada na determinação judicial, *inaudita altera parte*, para que a empresa viabilizasse de imediato o tratamento pretendido, o que foi deferido. Quanto a essa providência provisória, pode-se afirmar que a sua natureza é de tutela:

- (A) de urgência cautelar;
- (B) de urgência satisfativa;
- (C) da evidência cautelar;
- (D) da evidência sancionatória;
- (E) inibitória cautelar.

Direito Penal e Direito Processual Penal

86

Maria, multireincidente em crimes patrimoniais, quando em gozo de livramento condicional, convida sua filha Julia, de 15 anos de idade, com anterior passagem pelo juízo da Infância e Juventude, para juntas subtraírem protetores solares de um supermercado no bairro em que residem, objetivando posterior venda no final de semana ensolarado que se avizinhava. Após ingressarem no estabelecimento comercial, de forma disfarçada, retiraram da prateleira e esconderam em suas vestes diversos potes daquela mercadoria, no que foram flagradas pelo sistema de monitoramento existente. Quando já haviam saído do supermercado, estando distante cerca de 300 metros, foram alcançadas por seguranças que efetuaram a abordagem e recuperaram as coisas subtraídas, posteriormente avaliadas em 250 reais. Diante do fato narrado, atento à jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Maria deverá ser:

- (A) absolvida da imputação relativa ao crime patrimonial, eis que, em razão do sistema de monitoramento existente, impossível se mostrava a consumação do delito, devendo somente responder pelo crime de corrupção de menores;
- (B) condenada pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, sendo absolvida do crime de corrupção de menores, em razão de Julia já estar corrompida anteriormente;
- (C) condenada pelos crimes de furto qualificado pelo concurso de agentes e corrupção de menores;
- (D) absolvida do crime patrimonial, por força da atipicidade material em razão do princípio da insignificância, e condenada pelo crime de corrupção de menores;
- (E) condenada pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes, admitida a forma privilegiada pelo pequeno valor da coisa subtraída, e pelo delito de corrupção de menores.

87

Em ação penal, Patrick foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, aplicada a causa de diminuição do artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/06, sendo fixada a pena de 01 ano e 08 meses de reclusão, não admitida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, enquanto Lucas foi absolvido em razão de trazer consigo entorpecente para fins de consumo pessoal. No mesmo processo, Marcel foi condenado unicamente pelo delito de associação para o tráfico, sendo aplicada a pena mínima de 03 anos a ser cumprida em regime inicialmente fechado, apenas pelo fato de o delito praticado ser hediondo. As partes apresentaram recurso de apelação e o Procurador de Justiça tem que apresentar seu parecer. De acordo com a posição pacificada e atual dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- (A) diante do reconhecimento da causa de diminuição do artigo 33, §4º da Lei nº 11.343/06, o tráfico perde a natureza de crime equiparado ao hediondo;
- (B) os fundamentos apresentados para fixação do regime de cumprimento de pena do crime de associação para o tráfico foram válidos e corretos;
- (C) não cabe substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, ainda que preenchidos os requisitos do artigo 44 do Código Penal, em razão de expressa e válida previsão legal;
- (D) a Lei nº 11343/06 descriminalizou a conduta de porte de substância entorpecente para consumo pessoal, tratando-se de infração meramente administrativa, não sendo possível a imposição de prisão ou eventual condenação ser considerada para efeito de reincidência;
- (E) exige-se estabilidade e permanência para configuração do crime de associação para o tráfico.

88

Mauro e Fernando, mediante emprego de simulacro de arma de fogo, abordaram o casal Paulo e Lucia, que conversavam na porta de um caixa eletrônico. Após anunciarem o assalto, subtraíram os relógios de cada uma das vítimas, bem como a bolsa de Lucia e a mochila de Paulo. Empreenderam os agentes fuga de imediato, vindo a ser presos 30 minutos após os fatos, tendo em vista que os policiais saíram à procura dos agentes a partir da descrição de suas características pelas vítimas. Diante desse quadro fático, o Ministério Público, atento à jurisprudência atualmente prevalente nos Tribunais Superiores, deverá denunciar Mauro e Fernando pela prática de:

- (A) um crime de roubo majorado pelo concurso de agentes, consumado;
- (B) dois crimes de roubo majorados pelo concurso de agentes, consumados;
- (C) dois crimes de roubo duplamente majorados pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo, tentados;
- (D) dois crimes de roubo majorados pelo concurso de agentes, tentados;
- (E) dois crimes de roubo duplamente majorados pelo concurso de agentes e pelo emprego de arma de fogo, consumados.

89

Diz-se que o crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo, e que o crime é culposo, quando o agente deu causa a resultado previsível por imprudência, negligência ou imperícia. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) o dolo direto de segundo grau também é conhecido como dolo de consequências necessárias;
- (B) para a teoria finalista da ação, o dolo e a culpa integram a culpabilidade;
- (C) no crime culposo, a imprudência se caracteriza por uma conduta negativa, enquanto a negligência, por um comportamento positivo;
- (D) o crime culposo admite como regra a forma tentada;
- (E) na culpa consciente, o agente prevê o resultado como possível, mas com ele não se importa.

90

Penha foi vítima de um crime de lesão corporal leve praticada por seu companheiro Leopoldo, que não aceitou ver a companheira conversando com um ex-namorado na rua. Penha comparece ao Ministério Público para narrar os fatos, sendo oferecida denúncia em face de Leopoldo. Antes do recebimento da denúncia, Penha novamente comparece ao Ministério Público e afirma que não mais tem interesse em ver seu companheiro processado criminalmente. Diante da situação narrada e das previsões da Lei nº 11.340/06, é correto afirmar que:

- (A) a retratação de Penha ao direito de representação deverá ser ratificada na presença do magistrado, em audiência especialmente designada para tanto, para gerar a extinção da punibilidade;
- (B) a vontade de Penha é irrelevante, pois, uma vez oferecida representação, não cabe sua retratação, independente do crime praticado quando no contexto da Lei nº 11.340/06;
- (C) poderá ser aplicado a Leopoldo o benefício da transação penal, em razão da pena prevista ao delito;
- (D) não cabe retratação ao direito de representação no contexto da Lei nº 11.340/06 após o oferecimento da denúncia;
- (E) a vontade de Penha é irrelevante, tendo em vista que a infração penal praticada é de natureza pública incondicionada.

91

Marco, 40 anos, foi denunciado pela prática do crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor, cuja pena privativa de liberdade prevista é de detenção de 06 meses a 02 anos. Os fatos ocorreram em 02.02.2011, e, considerando que não houve interesse em aceitar transação penal, composição dos danos ou suspensão condicional do processo, foi oferecida denúncia em 27.02.2014 e recebida a inicial acusatória em 11.03.2014. Após a instrução, foi Marco condenado à pena mínima de 06 meses em sentença publicada em 29.02.2016, tendo a mesma transitado em julgado. Considerando os fatos narrados e a atual previsão do Código Penal, é correto afirmar que:

- (A) deverá ser reconhecida a extinção da punibilidade de Marco em razão da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato;
- (B) deverá ser reconhecida a extinção da punibilidade de Marco em razão da prescrição da pretensão punitiva pela pena em concreto;
- (C) deverá ser reconhecida a extinção da punibilidade de Marco em razão da prescrição da pretensão executória;
- (D) não deverá ser reconhecida a extinção da punibilidade de Marco, pois não ocorreu prescrição;
- (E) o oferecimento da denúncia funciona como marco interruptivo do prazo prescricional.

92

Foi instaurado inquérito policial, no Rio de Janeiro, para apurar as condições da morte de Maria, que foi encontrada já falecida em seu apartamento, onde residia sozinha, vítima de morte violenta. As investigações se estenderam por cerca de três anos, sem que fosse identificada a autoria delitiva, apesar de ouvidos os familiares, o namorado e os vizinhos da vítima. Em razão disso, o inquérito policial foi arquivado, nos termos da lei, por ausência de justa causa. Seis meses após o arquivamento, superando a dor da perda da filha, a mãe de Maria resolve comparecer ao seu apartamento para pegar as roupas da vítima para doação. Encontra, então, escondida no armário uma câmera de filmagem e verifica que havia sido gravada uma briga entre a filha e um amigo do seu namorado dois dias antes do crime, ocasião em que este afirmou que sempre a amou e que se Maria não terminasse o namoro *"sofreria as consequências"*. Considerando a situação narrada, é correto afirmar que a filmagem:

- (A) é considerada prova nova ou notícia de prova nova, mas não poderá haver desarquivamento, já que a decisão de arquivamento fez coisa julgada;
- (B) não é considerada prova nova ou notícia de prova nova, tendo em vista que já existia antes do arquivamento, de modo que não cabe desarquivamento com esse fundamento;
- (C) é considerada prova nova ou notícia de prova nova, podendo haver desarquivamento do inquérito pela autoridade competente;
- (D) considerada ou não prova nova ou notícia de prova nova, poderá gerar o desarquivamento direto pela autoridade policial para prosseguimento das investigações;
- (E) não é considerada prova nova, logo impede o desarquivamento, mas não é óbice ao oferecimento direto de denúncia.

93

Promotor de Justiça com atribuição junto à Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio verifica que existe no âmbito da promotoria procedimento de investigação criminal para apurar a prática de um crime de extorsão, onde consta que o constrangimento ocorreu em Niterói, mas que o depósito foi realizado dois dias depois pela vítima em agência de Cabo Frio, sendo a transferência efetuada para conta de agência localizada em São Gonçalo. Todos os fatos foram confirmados e foi verificado que nenhuma medida cautelar foi solicitada ao longo das investigações. Diante da situação narrada, deverá o promotor mencionado elaborar:

- (A) promoção de declínio de atribuição em favor da Promotoria da Comarca de Niterói;
- (B) denúncia a ser oferecida perante uma das Varas Criminais da Comarca de Cabo Frio;
- (C) promoção de declínio de atribuição em favor da Promotoria da Comarca de São Gonçalo;
- (D) promoção de declínio de competência em favor da Promotoria da Comarca de Niterói;
- (E) promoção de declínio de competência em favor da Promotoria da Comarca de São Gonçalo.

94

Promotor de Justiça com atribuição recebe autos de inquérito policial em que se apura a prática do crime de estupro de vulnerável, crime este de ação penal pública incondicionada. Entendendo que não há prova de que o crime ocorreu, 05 dias após receber os autos, promove pelo arquivamento, encaminhando o inquérito para homologação do magistrado. Tomando conhecimento dessa informação, a avó da vítima apresenta queixa em ação penal privada subsidiária da pública. Considerando o fato narrado, é correto afirmar que tal queixa:

- (A) deve ser recebida e, em caso de negligência do querelante, deve ser reconhecida a perempção;
- (B) não deve ser recebida, tendo em vista que o instituto da ação penal privada subsidiária da pública não foi recepcionado pela Constituição de 1988;
- (C) deve ser recebida, podendo o Ministério Público oferecer denúncia substitutiva ou aditar a queixa;
- (D) não deve ser recebida, pois não houve omissão do Ministério Público;
- (E) deve ser recebida e, em caso de negligência do querelante, o Ministério Público deverá assumi-la como parte principal, já que não perde natureza de ação pública.

95

Caio foi denunciado pela prática de homicídio qualificado. Julgado em Plenário, foi o réu absolvido. Inconformado, o Ministério Público apresenta recurso de apelação, com base no artigo 593, III, d, Código de Processo Penal, considerando que a decisão dos jurados foi manifestamente contrária à prova dos autos. O Tribunal dá provimento ao recurso de apelação e novo julgamento é realizado. Dessa vez, o Conselho de Sentença condena Caio pela prática de homicídio simples. Tanto a defesa quanto o Ministério Público apresentam novos recursos, ambos novamente fundamentando que a decisão dos jurados foi contrária à prova dos autos: a defesa entende que não tem prova para condenação, e a acusação, que o crime foi qualificado. Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) ambos os recursos devem ser admitidos e eventual novo júri poderá contar com a participação de jurado que integrou o Conselho de Sentença do segundo julgamento em plenário;
- (B) nenhum dos recursos poderá ser admitido pelo Tribunal de Justiça;
- (C) apenas o recurso do Ministério Público poderá ser admitido, mas não o da defesa;
- (D) ambos os recursos devem ser admitidos e eventual novo júri não poderá contar com a participação de jurado que integrou o Conselho de Sentença do segundo julgamento em plenário;
- (E) apenas o recurso da defesa de Caio poderá ser admitido, mas não o do Ministério Público.

96

Chega ao conhecimento do Ministério Público e da Polícia Civil que na casa de Tício estava escondido um facão que seria instrumento de crime de homicídio ocorrido no dia anterior, ainda sujo com sangue do autor e da vítima. O Ministério Público entra com pedido de busca e apreensão domiciliar, sendo deferido pelo juiz. Com base nisso, monta operação com a Chefia da Polícia Civil para cumprimento do mandado. Lá chegando, porém, deparam-se com policiais militares, que, sem mandado, aproveitaram que a residência estava vazia e encontraram o facão, que estava em cima da mesa da sala. A Polícia Civil formaliza o cumprimento do mandado e a apreensão do instrumento, oferecendo o Ministério Público denúncia em face de Tício. Em defesa prévia, o acusado alega a ilicitude da prova no que tange ao facão. No caso, é correto afirmar que:

- (A) deve ser reconhecida a ilicitude da prova, já que os policiais ingressaram sem mandado na residência do réu, de modo que deve ser desentranhada dos autos;
- (B) a prova é válida, tendo em vista que havia flagrante delito quando os policiais ingressaram na residência de Tício;
- (C) deve ser reconhecida a ilicitude da prova, em razão da aplicação da teoria do “Fruto da Árvore Envenenada”;
- (D) deve a prova ser mantida nos autos, pois a legislação apenas proíbe que constem dos autos a prova ilícita, mas não a ilegítima;
- (E) a prova é válida, aplicando-se a ideia da descoberta inevitável e fonte independente.

97

Carlos é investigado pela prática do crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor (*art. 302, CTB – pena: detenção, de 2 a 4 anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor*). No curso das investigações, o Ministério Público encontra dificuldades na obtenção da justa causa, mas constam informações de que Carlos conversa e ri dos fatos com amigos ao telefone, admitindo o crime. Diante disso, o delegado representa pela interceptação de comunicações telefônicas. Sobre os fatos narrados, é correto afirmar que a interceptação:

- (A) não deverá ser decretada, pois ainda na fase de inquérito policial;
- (B) poderá ser decretada, mas não poderá ultrapassar o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período;
- (C) não deverá ser decretada em razão da pena prevista ao delito investigado;
- (D) poderá ser decretada e a divulgação de seu conteúdo sem autorização judicial configura crime;
- (E) poderá ser decretada, sendo que o conteúdo interceptado deverá ser, necessariamente, integralmente transcrito.

98

Ministério Público ofereceu denúncia em face de José pela prática do crime de apropriação indébita. Encerrada a instrução, entende o promotor que José empregou fraude em momento pretérito ao crime, de modo que a posse do bem em momento algum foi lícita. Em razão disso, realiza aditamento à denúncia para modificar os fatos narrados e imputar o crime de estelionato. O aditamento é recebido e novas provas são produzidas. Após o promotor pedir a condenação de acordo com o aditamento, e a defesa, a absolvição, o magistrado condena José nos termos da imputação originária, que é menos grave. Diante do exposto, é correto afirmar, de acordo com o Código de Processo Penal, que, com o aditamento do Ministério Público, foi aplicado o instituto da:

- (A) *mutatio libelli*, não podendo o magistrado condenar José na imputação originária;
- (B) *emendatio libelli*, não podendo o magistrado condenar José na imputação originária;
- (C) *mutatio libelli*, podendo o magistrado condenar José na imputação originária;
- (D) *emendatio libelli*, podendo o magistrado condenar José na imputação originária;
- (E) *emendatio libelli*, devendo o juiz submeter a questão ao Procurador Geral de Justiça, entendendo que o crime praticado não foi o de estelionato.

99

Mévio, primário, foi condenado por crime hediondo praticado em 2010. Após cumprir 2/5 da pena em regime fechado, o advogado do apenado pleiteou progressão de regime. O juiz em atuação junto à Vara de Execuções Penais, entendendo que o fato praticado foi muito grave e violento em concreto, determina realização de exame criminológico antes de conceder a progressão. A defesa apresenta agravo de execução. Ao se manifestar sobre o recurso, deverá o Ministério Público considerar que:

- (A) hoje não mais se admite que o juiz determine a realização de exame criminológico antes de avaliar a progressão;
- (B) a realização de exame criminológico é obrigatória para crimes hediondos;
- (C) o juiz pode exigir realização de exame criminológico com base nas circunstâncias do caso concreto;
- (D) o exame criminológico só poderia ser exigido pelo diretor do estabelecimento prisional, que tem contato direto com o apenado;
- (E) com o preenchimento do requisito objetivo, a obtenção da progressão do regime se torna direito subjetivo do apenado.

100

O Delegado de Polícia, no ano de 2015, toma conhecimento da existência de organização criminosa que atua na área da circunscrição de sua Delegacia, razão pela qual instaura inquérito policial para apurar a prática de delitos considerados de grande gravidade. No curso das investigações, determinado indiciado procura o Ministério Público, acompanhado de seu advogado, manifestando interesse em realizar um acordo de colaboração premiada, de modo a auxiliar na identificação dos demais coautores. Para tanto, solicita esclarecimentos sobre os requisitos, pressupostos e consequências dessa colaboração. No caso, o Promotor de Justiça deverá esclarecer, de acordo com as previsões da Lei nº 12.850/13, que:

- (A) considerada meio de prova, poderá uma sentença condenatória ser proferida com fundamento, apenas, nas declarações do agente colaborador;
- (B) em observância ao princípio da obrigatoriedade, a Lei nº 12.850/13 não admite que o Ministério Público requeira ao magistrado a concessão de perdão judicial ao colaborador, apesar de ser possível o requerimento pelo reconhecimento de causa de diminuição de pena;
- (C) a colaboração premiada somente pode ser realizada até a publicação da sentença, de modo que qualquer auxílio após poderá apenas ser considerado como atenuante inominada;
- (D) de modo a garantir o contraditório, as negociações para formalização do acordo de colaboração contarão com a participação do magistrado, do Ministério Público e do acusado com seu defensor, podendo, ainda, haver contribuição do delegado de polícia;
- (E) após o acordo de colaboração, nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

Realização

